

FIDELIDADE  
(1958)

# EPÍGRAFE PARA A ARTE DE FURTAR

**Gilda Santos\***

*Arte de Furtar, Espelho de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de Horas Minguadas, Gazua Geral Dos Reynos de Portugal. Offerecida a Elrey Nosso Senhor D. João IV. Para Que A Emende* é obra pretensamente publicada na Amsterdam de 1652 e “Composta pelo Padre António Vieira, Zeloso da Patria”. Dizem os peritos ser falsa a portada: teria saído do prelo em Lisboa e o “zeloso da Pátria” seria outro. Se “este mundo é covil de ladrões” e se o furtar impregnou o Portugal seiscentista, a ironia do mestre de artes furtivas – “Como para furtar há arte, que é ciência verdadeira” – ensina a identificar todas as formas de furto, prevenindo os incautos.

“Epígrafe para a Arte de furtar”, datado de 1952, abre o livro *Fidelidade* (1958) – o último a vir à luz em Portugal antes de Jorge de Sena exilar-se no Brasil. Sempre fiel ao conceito de “testemunho”, toda a sua obra clama por ser correlacionada ao contexto histórico que a viu nascer. Assim, da Restauração ao Estado Novo salazarista, coincidem ou divergem as artes de furtar?

O poema encena um conflito: o eu-vítima diz-se roubado por sujeitos indefinidos/indeterminados, que o privam de um tudo que vai dos antagônicos Deus/Diabo aos excludentes voz/silêncio. Não faltam construções anafóricas a reiterar o muro imposto entre o eu e o desejado objeto do seu canto. Igualmente reiterativo, o refrão (– quem cantarei?) denuncia a impossibilidade do canto, a castração do impulso criativo, a repressão em seu mais alto grau. Paralelismos de ecos medievais reforçam o tom obsessivo a emanar do poema. Uma gradação crescente – a indiciar angústia? – observa-se na construção estrófica (que, obliterado o refrão, sobe dos 2 versos iniciais para os 5 versos finais), em contraponto com a gradação semântica decrescente (do geral para o particular, do transcendente para o

intrínseco) na enumeração dos “temas” confiscados: Deus/Diabo, Pátria, Humanidade, “quem eu deseje”, “mim mesmo”, a voz/o silêncio. Em suma, o eu forçado ao silenciar denuncia os detentores do poder de cercar a matéria poética, matéria-prima de uma leitura do mundo, a própria arte.

Esbulhado do direito de ler/pensar por si mesmo o religioso, o ético, o político, o humano, o individual e tudo mais que aquelas palavras arquetípicas suscitam, só *interrogações* restam a este *eu*. Sem respostas, vê-se no espaço solitário do sem saída, do absurdo – clima neo-barroco do homem encerrado num moderno labirinto.

Um poema nomeado “Epígrafe” gera de pronto duas expectativas: ser sucinto e conter pistas, intertextuais, rastreáveis no texto que antecede topograficamente. Ora, por que este poema-epígrafe, violando a cronologia, propõe-se a preceder um texto publicado exatos 300 anos antes? Por que não é um posfácio?

Em escassos e curtos versos – tal uma epígrafe – o eu, impedido de manejar a própria linguagem, assume-se como sujeito, ativo, ao interrogar(-se) exatamente sobre a absoluta penúria a que vê reduzida a matéria de seu fazer poético. Insubmisso, canta a impossibilidade do canto. Sua pergunta é a resposta e nela acha sua força. Destarte, o recorrente “– quem cantarei?” burla os agentes repressivos. O sujeito alijado do que lhe é próprio vale-se de uma das armas de seus algoses – o inquirir – para se defender e se vingar. Novo Prometeu em atmosferas inquisitoriais, rouba aos neo-inquisidores a arma-discurso e a maneja com astúcia. É, pois, de outra natureza esta sua arte de furtar: pela denúncia ilocutória, o furtado destramente aniquila o furtador.

E ainda: a exclamação “aqui del-rei!” presentifica o brado medievo de pedir socorro aos passantes, envolvendo-os, pois, na busca de soluções para os perigos do cantar. Do lugar de excluído onde se encontra – novo Lúcifer? – o poeta arditosamente ilumina caminhos a quantos anseiem por transpor quaisquer limites impostos. Assim, esta minimalista “Epígrafe”, com extrema

economia de recursos, articula estratégias pedagógicas para subverter o máximo da repressão definido por Foucault: “Todos os modos de dominação, de submissão, se reduzem finalmente, ao efeito de obediência”.

No poema, Sena mantém-se *fiel* a seu propósito de nos legar um *testemunho* de si, de seu tempo, do Homem, tanto como Zeca Afonso, que o musicou. Supera, pois, as balizas do circunstancial – forte na obra seiscentista – e reporta-se a qualquer tempo ou espaço onde haja voz humana clamando pelo direito inalienável de ler do mundo o que lhe aprouver, como lhe aprouver. Nessa perspectiva, aqui temos indubitável epígrafe à *Arte de furtar*.

---

\* Professora da UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976-2006), onde criou a Cátedra Jorge de Sena (1999). Vice-Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, aí instituiu (2001) e coordena o PPLB-Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras. Privilegiando o estudo e difusão da obra de Jorge de Sena, sobre o autor organizou várias publicações e responde pelo site a ele dedicado: [www.lerjorgedesena.letas.ufrj.br](http://www.lerjorgedesena.letas.ufrj.br)